

*Proposta das Instituições de
Educação Superior Públicas e
Comunitárias do Brasil signatárias
para a **III Conferência Mundial
de Educação Superior.***



BRASÍLIA
2022

Proposta das Instituições de Educação Superior Públicas e Comunitárias do Brasil signatárias para a III Conferência Mundial de Educação Superior.

Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES
Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional,
Científica e Tecnológica - CONIF
Associação Brasileira de Universidades Estaduais e Municipais - ABRUEM
Associação Brasileira de Universidades Comunitárias - ABRUC

2022

Brasília, Distrito Federal

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	4
TEMA 1 - IMPACTO DA COVID-19 NA EDUCAÇÃO SUPERIOR:.....	7
PROPOSTAS:	9
TEMA 2 – A EDUCAÇÃO SUPERIOR E OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)	9
PROPOSTAS:	11
TEMA 03 – INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR:.....	12
PROPOSTAS:.....	13
TEMA 4 - QUALIDADE E PERTINÊNCIA DOS PROGRAMAS.....	14
PROPOSTAS:	17
TEMA 05 – MOBILIDADE ACADÊMICA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR:.....	17
PROPOSTAS:.....	18
TEMA 06 – GOVERNANÇA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR.....	19
PROPOSTAS:.....	20
TEMA 07 – FINANCIAMENTO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR.....	21
PROPOSTAS:.....	22
TEMA 08 - PRODUÇÃO DE DADOS E DE CONHECIMENTO:.....	23
PROPOSTAS:.....	24
TEMA 09 - COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA MELHORAR AS SINERGIAS:.....	24
PROPOSTAS:.....	26
TEMA 10 FUTUROS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR:.....	26
COMISSÃO DE REDAÇÃO:.....	29



É preciso ter esperança, mas esperança do verbo esperar; porque tem gente que tem esperança do verbo esperar. E esperança do verbo esperar não é esperança, é espera. Esperançar é se levantar, esperançar é ir atrás, esperançar é construir, esperançar é não desistir! Esperançar é levar adiante, esperançar é juntar-se com outros para fazer de outro modo.
FREIRE, Paulo

INTRODUÇÃO

Às vésperas da III Conferência Mundial de Educação Superior (III CMES), promovida pela UNESCO, a ser realizada de 18 a 20 de maio na cidade de Barcelona, Espanha, a Educação Superior no Brasil vive mais um período agudo nas sucessivas crises pelas quais tem passado nos últimos anos. Estamos em uma emergência educacional, motivada por limitações impostas às políticas sociais e que comprometem o desenvolvimento sustentável do país. A Emenda Constitucional 95, aprovada em 2016, que limita os gastos do governo federal a um teto por 20 anos, tornou-se o principal empecilho aos investimentos do setor público. Suas consequências negativas já são reconhecidas, inclusive por quem apoiou sua aprovação. Particularmente para a educação superior pública estatal e comunitária e, em especial, para as instituições federais de Educação Superior, além dos efeitos do teto de gastos, os ataques de natureza simbólica e ideológica que as instituições públicas de educação vêm sofrendo nos últimos anos se traduzem em redução ainda maior da pouca autonomia universitária existente e em limitações à liberdade de cátedra com perseguições de docentes críticos às políticas do governo nas áreas da educação, saúde e de CT&I (ciência, tecnologia e inovação). As restrições orçamentárias reduziram praticamente a zero os investimentos de capital, limitando a manutenção e impossibilitando a expansão das IES (instituições de educação superior) federais; o custeio, também reduzido drasticamente, impacta severamente na inclusão e permanência dos estudantes de baixa renda, quase inviabilizando a continuidade de seus estudos.

A Educação Superior Pública no Brasil tem uma longa história de lutas pela autonomia, financiamento e gratuidade do ensino. Somente na Constituição Federal de 1998 foi garantida, na forma da lei, a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial. Infelizmente, o preceito constitucional jamais foi cumprido de modo integral em qualquer um de seus termos. A autonomia didático-científica é fortemente limitada por normativas estatais discricionárias que

¹ FREIRE, Paulo. Pedagogia dos sonhos possíveis. São Paulo, Editora UNESP, 2001.

impedem as IES de promoverem modelos de ensino e pesquisa próprios. A autonomia administrativa é desrespeitada na gestão democrática, na gestão de pessoas e na governança. A autonomia na gestão financeira e patrimonial é, praticamente, inexistente nas instituições federais fazendo com que sejam dependentes de orçamentos anuais incertos e nos quais tem cada vez menos participação na definição de prioridades e valores, ainda sujeitos a contingenciamentos periódicos. O planejamento de médio e longo prazo e a visão de futuro, característicos das IES, são sobremodo dificultados por esta limitação na autonomia.

Nas instituições comunitárias, a falta de políticas específicas e a crise atual colocam em risco um modelo que apresenta resultados relevantes nas regiões onde atuam, se constituindo em uma alternativa complementar e qualificada de educação pública não estatal.

As instituições públicas estatais (municipais, estaduais ou federais) e as instituições comunitárias, públicas não estatais e sem fins de lucro, representam segmentos da educação superior brasileira que buscam atuar de forma complementar. Entretanto, no Brasil, a maioria dos estudantes universitários está matriculada em instituições privadas com fins lucrativos. Essas instituições privadas recebem incentivos, por renúncia fiscal, para matricular estudantes de baixa renda mediante bolsas de estudo. Inegavelmente, a política pública de financiamento aos estudantes contribuiu para um significativo aumento no acesso à Educação Superior. Por outro lado, as IFES, embora tenham recebido investimentos importantes no passado, não tiveram a manutenção de níveis orçamentários suficientes para sustentar as políticas de expansão, inclusão e permanência de estudantes de baixa renda, afrodescendentes, indígenas e com necessidades especiais. Além disso, é questionável o financiamento com recursos públicos de instituições privadas de ensino que tem como seu principal objetivo o lucro.

Um dos princípios fundamentais da Educação Superior é a inclusão com qualidade e pertinência. Não há inclusão sem qualidade da Educação Superior e sem o vínculo com a realidade social, ambiental, econômica e cultural do país. É neste sentido que a Constituição Federal, no seu artigo 207, preceitua às universidades a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; e que as IES públicas e comunitárias vêm construindo uma longa trajetória de qualidade acadêmica. A formação profissional de alta qualidade promovida pelas IES públicas e comunitárias, tanto na graduação quanto na pós-graduação, é reconhecida pela sociedade brasileira como em âmbito internacional. Ademais, as IES públicas e comunitárias são responsáveis por mais de 95% da produção acadêmica e científica do País. A Educação Superior pública e comunitária participa do desenvolvimento sustentável do país, seja pela formação de quadros altamente qualificados para o setor público e privado, seja pela produção acadêmica, artística e cultural, ou ainda na interação com a sociedade na promoção do desenvolvi-

mento com justiça social.

As IES públicas e comunitárias têm uma longa história de interação com diferentes setores da sociedade. Particularmente, por meio de políticas de inclusão e da extensão universitária, essas iniciativas alcançam segmentos marginalizados, promovem oportunidades de desenvolvimento, acolhem movimentos comunitários, culturais e identitários, promovem a participação crescente dessas representações na comunidade universitária e na sociedade como um todo. Essas interações fortalecem o reconhecimento da natureza pública da Educação Superior, como direito humano e dever do Estado. Há ainda potencialidades a serem desenvolvidas através da extensão universitária, seja na aplicação do conhecimento e tecnologias voltadas para o desenvolvimento sustentável, no acolhimento do conhecimento popular como tema acadêmico ou na promoção dos ODS em cooperação com governos e entidades não governamentais. Para promover a inclusão com qualidade e pertinência, as IES precisam ter como missão a promoção dos ideais humanistas, a responsabilidade com a justiça social, o meio-ambiente, o respeito à diversidade, a equidade, a luta contra todas as formas de preconceito, contra o racismo, a promoção da diversidade e a garantia da liberdade do exercício do contraditório como método na construção da cidadania. Para tal, é essencial que as IES contem com políticas de desenvolvimento de seu pessoal docente, técnico-científico e administrativo, respeitando a dedicação ao ensino, à pesquisa, à extensão e à inovação com remuneração justa.

Os signatários do presente documento, ao representarem a Educação Superior pública e comunitária do Brasil, assumem princípios básicos e valores sociais e humanos que consideram a Educação Superior como um direito humano universal, um bem público social e um dever dos Estados. Já na III Conferência Regional de Educação Superior, realizada em 2018 (Córdoba, Argentina), apresentaram e defenderam em documento a autonomia universitária, a liberdade de cátedra, a inclusão educacional com qualidade e pertinência, a promoção da diversidade e a rejeição a qualquer preconceito de origem étnica, de gênero e socioeconômico.

O presente documento baseia-se numa visão da Educação Superior na América Latina e Caribe, tomando como referência principal os resultados das Conferências Regionais, em particular os da CRES-2018. A CRES-2018, que congregou 5.000 pessoas, manteve a tradição latino-americana e caribenha de participação plural e democrática, tem dois significados especiais. O primeiro é que foi realizada no âmbito das celebrações do centenário da Reforma de Córdoba, um marco regional e global na defesa da autonomia universitária, da liberdade acadêmica e da interação com a sociedade através da inclusão e da pertinência, bases que, até hoje, sustentam os princípios do que entendemos como essenciais de uma universidade. O segundo é que a CRES-2018, assim como a primeira realizada em 1996 (Havana, Cuba) e a segunda CRES, realizada em 2008 (Cartagena de Índias, Colômbia), foram iniciativas que geraram contribuições

de magnitude para as respectivas Conferências Mundiais de Educação Superior. Não se pode perder de vista a importância, significado e representatividade dos resultados da CRES-2018. Portanto, os resultados obtidos, presentes na sua declaração final e detalhados no seu Plano de Ação, devem servir de base para as discussões do tema proposto pela UNESCO para a III CMES.

A III CMES é uma oportunidade única de reflexão e proposição de políticas públicas voltadas para a participação efetiva das IES públicas e comunitárias no desenvolvimento sustentável, fazendo-o de múltiplas formas em cada um dos 17 ODS propostos pela ONU. As IES públicas e comunitárias brasileiras, coerentes com sua história de comprometimento social, colocam-se como parceiras de governos e instituições nacionais e internacionais na consecução desses objetivos, com o entendimento de que as responsabilidades devem ser de todos. Dessa forma, reafirmam como fundamentos básicos e princípios ratificados pela CRES-2018 em sua Declaração Final:

“A Educação Superior é um bem público social, um direito humano e universal, e um dever dos Estados. Estes princípios se fundam na convicção profunda de que o acesso, o uso e a democratização do conhecimento é um bem social, coletivo e estratégico, essencial para poder garantir os direitos humanos básicos e imprescindíveis para o bem-estar dos nossos povos, a construção de uma cidadania plena, a emancipação social e a integração regional solidária latino-americana e caribenha.”

Dessa forma, a Educação Superior pública e comunitária do Brasil, aqui representada, oferece à consideração da III CMES os seguintes elementos fundamentais para cada um dos temas:

TEMA 1 - Impacto da Covid-19 na Educação Superior:

A pandemia representa uma tragédia para a sociedade humana na qual, mais uma vez, as desigualdades socioeconômicas impactaram sobre a prevalência da doença e a limitação de acesso à prevenção e tratamento. No Brasil, o Sistema Único de Saúde (SUS) enfrentou um quadro de milhões de infectados e mais de 670 mil mortes em um cenário de negacionismo, omissão e desrespeito estimulado pela falta de comprometimento na esfera governamental. Não obstante este cenário, e graças a suas equipes, o SUS foi capaz de mobilizar toda a sua estrutura, desde a atenção primária até as mais complexas, buscando a prevenção e o tratamento da COVID-19. O sucesso da cobertura vacinal, mais uma vez, demonstra a reconhecida organização do SUS na atenção primária. Ao longo desse processo a Educação Superior e principalmente as instituições de caráter público se comprometeram com o enfrentamento da pandemia, mobilizaram seus recursos humanos, assistenciais e de infraestrutura, desenvolveram pesquisas, tecnologias e inovações essenciais para o enfrentamento da COVID-19.

Os hospitais universitários são referência no atendimento das pessoas e, agora, também serão referência na reabilitação dos pacientes com sequelas.

A COVID-19 tem um impacto profundo em todas as atividades das IES. A suspensão das atividades de ensino presencial motivou a rápida assimilação de formas emergenciais de ensino remoto. Não restam dúvidas que esses avanços terão efeitos permanentes na forma de ensinar, de pesquisar e de praticar extensão, trazendo consigo benefícios e riscos. A pandemia acelerou a incorporação de TICs (tecnologias de informação e comunicação) já existentes, mas fica claro que elas não poderão ser substituídas do ensino presencial, entre outras razões pelas oportunidades de formação que o coletivo oferece de sentidos críticos, solidariedade, e formação cidadã, além do estabelecimento de vínculos socioafetivos. Parcelas significativas dos estudantes não tinham acesso e continuam sem acesso ou com um acesso precário às atividades virtuais, tendo em vista a grave situação de desigualdade digital no país. Mesmo servidores docentes e técnico-administrativos tiveram dificuldades em realizar suas funções remotamente. A fim de preservar para o futuro os avanços associados à virtualidade é essencial que a inclusão digital seja um direito agregado ao direito à educação, e igualmente um dever do Estado.

O funcionamento das IES passou por profundas mudanças. A administração das IES, o relacionamento acadêmico interinstitucional, o intercâmbio de informações, novas parcerias entre pesquisadores, se beneficiaram significativamente da implementação de atividades remotas na medida em que viabilizaram várias atividades. A comunicação científica com a sociedade é uma das áreas nas quais as IES aproveitaram uma oportunidade única de superação de suas históricas dificuldades. Com a pandemia e, em decorrência do reconhecimento do papel estratégico das IES, criaram-se canais de comunicação que reverteram essa tendência valorizando as IES como patrimônio da sociedade.

O papel das IES públicas no enfrentamento da pandemia deixou clara a necessidade de expansão do sistema público capaz de fazer a diferença perante a sociedade. A pandemia também representa uma oportunidade para se desenvolverem modelos transdisciplinares em substituição à estrutura disciplinar, na qual os estudantes tenham a oportunidade de adquirir seus conhecimentos, imerso em problemas e necessidades presentes na sociedade. A pandemia é um exemplo de situação transdisciplinar que envolve a formação, não só nas áreas da saúde, mas também nas áreas das humanidades, tecnológicas e de gestão. Outros exemplos ilustrativos são o desenvolvimento sustentável, as áreas de tecnologia da informação e comunicação, inteligência artificial e bem viver e bem-estar.

As relações sociais, culturais, artísticas, o conhecimento tradicional dos povos originários e de grupos identitários fazem parte de um novo universo civilizatório que se contrapõe a modelos mercadológicos que colocam a saúde e o bem-estar das sociedades em risco. O período pós-pandêmico não deve ser planejado para retomar a um dito “novo normal”, mas sim como uma forma de reflexão sobre o futuro da humanidade. As

universidades mostraram seu potencial e as dificuldades pelas quais estão passando, seja no financiamento, na autonomia e na democracia, já estavam presentes no período anterior a pandemia, e são instrumentos imprescindíveis para se pensar o futuro sustentável da nação.



Propostas:

- Adotar políticas compensatórias e de recuperação para os efeitos adversos da emergência de saúde sobre a evasão e retenção de alunos.
- Promover a cooperação regional entre governos, empresas, universidades e institutos de pesquisa para o desenvolvimento de vacinas e medicamentos voltados para a população como um todo e setores com risco epidemiológico.
- Garantir a inclusão digital como elemento essencial que compõe o direito à educação e dever de Estado.
- Incorporar novas estruturas didáticas focadas em modelos transdisciplinares, nos quais os estudantes tenham a oportunidade de adquirir seus conhecimentos relacionados aos problemas e necessidades presentes na sociedade.
- Implementar uma política de formação sustentada dos trabalhadores universitários na utilização de novas ferramentas de ensino-aprendizagem e gestão.
- Promover o aperfeiçoamento da incorporação de TICs nos processos de ensino, pesquisa, extensão e gestão, sem prejuízo da presencialidade e suas contribuições que são indispensáveis à formação na educação superior.

TEMA 2 – A Educação Superior e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)

A Agenda 2030 e os ODS que a acompanham fazem parte de um esforço que a ONU realiza para comprometer os governos associados e a sociedade organizada com um modelo de desenvolvimento sustentável, partindo de premissas importantes.

Não há dúvidas que a crise climática e ambiental coloca em risco a habitabilidade da Terra, a produção de alimentos, a qualidade da água e do ar entre outros efeitos. Esses efeitos estão diretamente relacionados ao modo de vida que as sociedades humanas têm buscado. Um modelo de desenvolvimento predador, desigual e incompatível com o equilíbrio necessário entre a capacidade do sistema de se recuperar e as progressivas agressões. Infelizmente, há um crescente desequilíbrio em direção à perda progressiva da sustentabilidade da vida no planeta. Em 2019, de acordo com a organização Global

Footprint Network, atingimos o ponto em que consumimos mais que repomos em termos de recursos não renováveis. Isso significa que, a partir de agora, todos os recursos usados para a sobrevivência (água, mineração, extração de petróleo, consumo de animais, plantio de alimentos com esgotamento do solo, entre outros pontos) entrarão em uma espécie de “crédito negativo”. Apesar dos esforços que a ONU e alguns governos têm feito em sucessivas reuniões em defesa do meio-ambiente e da responsabilização por medidas mitigadoras dos efeitos cada vez mais evidentes, há um jogo nefasto de atribuir soluções individuais quando, na verdade, trata-se de uma solução global e coletiva em que o principal desafio é sair de um modelo consumista que agrava as inequidades socioeconômicas.

Destaca-se que uma dimensão importante do processo em curso de degradação ambiental consiste na agressão intensa e continuada a populações indígenas brasileiras, que historicamente protegem os territórios que habitam. Muitos desses povos hoje convivem com invasões armadas, assassinatos, devastações das florestas, contaminação dos rios com mercúrio pela mineração ilegal e ameaças à saúde coletiva, muitas vezes sob o estímulo e/ou conivência de entes governamentais.

A Agenda 2030 e os ODS são direcionados especialmente aos governos, uma vez que são os que propõem e executam políticas públicas e projetos que abrangem, de uma forma direta ou indireta, toda a sociedade. A forma como cada um tem se comprometido no desenvolvimento dos objetivos é muito variável não só por uma questão econômica, mas, e talvez principalmente, por decisões políticas que assumem diferentes graus de mudança nos modelos de desenvolvimento nacional. Nesse sentido, fica claro que priorizações de modelos desenvolvimentistas do século passado, baseadas no investimento industrial e militar vão na contramão dos fundamentos dos ODS. Ainda assim, vários países já incorporaram os ODS dentro dos seus planos de desenvolvimento fazendo crescer novas áreas como é o caso da economia verde, da redução na dependência de combustíveis fósseis e na busca de uma alimentação com menor dependência de proteína animal. A Educação está contemplada no 4º dos 17 ODS, inclusive a Educação Superior. São definidas metas e critérios de avaliação para cada um dos níveis. De uma maneira contraditória, as políticas de financiamento do ensino, especialmente o superior, direciona-se de maneira desproporcional para o investimento privado. É questionável o argumento de que os governos não disponham de recursos quando, em muitos casos, esse ensino privado é subsidiado pelos governos. Além disso, mudar um modelo de desenvolvimento implica também mudar as prioridades e, nesse caso, o financiamento da Educação deveria estar entre as primeiras prioridades. Quando são analisados os 17 ODS, podem-se identificar os espaços que para a sua consecução necessitam da educação e, particularmente, da Educação Superior pública e comunitária que no Brasil, por exemplo, é quem mais produz ciência e tecnologia. As IES, instituições socialmente referenciadas, podem seguramente participar em todos os níveis de desenvolvimento

sustentável, seja pelo diagnóstico, seja pelo planejamento, seja pelo preparo de pessoal qualificado, seja pelo desenvolvimento de instrumentos adequados de aplicação e de avaliação de resultados. E isto já ocorre em muitos casos, considerando que muitas IES já desenvolvem internamente seus planos de desenvolvimento institucional baseadas nos ODS e têm recebido o apoio, adesão e reconhecimento das comunidades. É preciso determinação e empenho por parte dos governos em assumir os ODS como diretrizes para o modelo de desenvolvimento nacional, e estabelecer os instrumentos para que as IES possam assumir suas funções no processo.

Uma análise detida dos ODS identifica que alguns dos objetivos são pertinentes ao plano nacional e dependem das decisões governamentais para sua implementação. Nesse sentido, incorporam os grandes desafios econômicos, sociais e ambientais e, portanto, exigem uma transformação do sistema financeiro, econômico e político que regem a sociedade para garantir o respeito aos direitos humanos. Portanto, exigem vontade política para uma enorme ação também política.

Além disso, é importante mencionar que alguns ODS dependem de ações conjuntas entre governos regionais e de outras partes do mundo – é o caso das florestas, das águas, dos mares e do ar. Um governo comprometido com os ODS deveria manter suas fontes de financiamento, ao invés de retirar fundos e desenvolver políticas de desregulação ambiental. Cabe retomar e cobrar esforços neste sentido.

As IES públicas e comunitárias do Brasil têm promovido, naquilo que está ao seu alcance, iniciativas de vinculação dos ODS aos objetivos institucionais. Elas têm planejado e executado diversas políticas acadêmicas – de ensino, pesquisa e trabalho junto às comunidades – e de gestão que contribuem para o desenvolvimento sustentável.

O que é necessário e urgente é o comprometimento sem condicionantes dos Governos em todos os níveis, dos setores econômicos hegemônicos e da sociedade como um todo na salvação do nosso planeta. Mais do que nunca um pensamento africano de autor desconhecido e dá a dimensão exata das nossas responsabilidades sociais: ***“O mundo não o recebemos por herança de nossos pais, mas o tomamos emprestado de nossos filhos.”***



Propostas:

- O Governo Brasileiro deve se comprometer integralmente com a Agenda 2030 estabelecendo como prioridade nos Planos de Desenvolvimento Nacional ações concretas para cada um dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.
- Os governos devem buscar a adesão dos mais diferentes segmentos da sociedade aos ODS, oferecendo incentivos, meios e apoio para tal.

- Os governos devem se associar às iniciativas de caráter internacional voltadas para a execução dos ODS.
- A educação superior deve estar comprometida, em todas as suas dimensões, com a implementação dos ODS.
- As agências de fomento à pesquisa devem direcionar seus programas de fomento em linha com os ODS.
- A Educação Superior deve incorporar os ODS nos seus Planos de Desenvolvimento Institucional, tornando-os referências para os profissionais por elas formados.
- A Educação Superior deve ofertar formação profissional que habilite para o planejamento, execução e avaliação dos ODS.
- Os governos devem proteger as populações originárias contra as agressões correntes, garantir a integridade de seus territórios, a saúde de seus membros e o acesso dos mesmos à educação superior pública, com respeito e valorização de seus saberes tradicionais, que contribuem com o aproveitamento sustentável dos recursos naturais.

TEMA 03 – Inclusão na Educação Superior:

A Declaração da CRES 2018 aponta para a necessidade de que as instituições de educação superior contribuam de forma proativa para desmontar os mecanismos geradores do racismo, xenofobia, sexismo e todas as formas de intolerância e discriminação. Nas últimas décadas, foram as instituições de educação superior que, atendendo os movimentos da sociedade, avançaram no combate a toda a forma de discriminação e na promoção do respeito aos Direitos Humanos. Mas é preciso avançar para uma educação superior ainda mais inclusiva e respeitosa das diferenças, atenta para a participação efetiva de todos os atores sociais, de forma que o conhecimento e os valores culturais advindos destes sujeitos sejam contemplados numa visão de futuro da humanidade. Não mais como excluídos, mas como pessoas com legitimidade para disputar e participar dos espaços construídos no novo marco social.

O respeito e a valorização dos novos atores sociais implicam reconhecer nas instituições de educação superior um lugar de formação da cidadania, o que pressupõe a participação de todos em condições de igualdade. Significa oferecer condições de permanência através de políticas educacionais que garantam a inclusão com qualidade, a diversidade de todos os envolvidos, e o respeito à interculturalidade. Incorporar os saberes populares às práticas universitárias deve sair do papel como discurso de gestão e oxigenar a estrutura institucional gerando um reconhecimento social do importante papel exercido pelas instituições de educação superior.

O futuro só vai nos garantir tempos mais promissores se na atualidade soubermos

construir instituições de educação superior calcadas no bem viver civilizatório, democrático e profundamente respeitoso à existência do outro, de outros sujeitos, outros saberes, outras vivências, outros olhares menos centrados nas individualidades e mais solidário com os fazeres coletivos.

Transcorridos quase dez anos da implantação das primeiras políticas de ação afirmativa em universidades brasileiras, ainda não há um balanço sistemático sobre essas medidas. Com a aprovação da Lei n. 12.711, em 29 de agosto de 2012, que criou uma política de reserva de vagas para alunos de escola pública, pretos e pardos e indígenas em todo o sistema de educação superior e ensino médio federal, a realidade das políticas de ação afirmativa no país apontava para alterações significativas. No entanto, a educação superior brasileira exige que se avance com os programas de permanência de forma sustentável dos incluídos por meio de um programa de preservação da diversidade cultural de cada grupo. Isto somente será possível com ações governamentais efetivas. Para tanto, os governos devem implementar, de acordo com as realidades regionais das universidades, com urgência, programas de permanência e espaços de acolhimento de diversidade cultural.

É urgente que a educação superior esteja alerta para que não seja aprofundada a desigualdade, aceitando que para manter nossa identidade de nação, se reforce a subordinação de uns sobre os outros. A chegada de pessoas indígenas, afrodescendentes, e em situação de vulnerabilidade sócioeconômica nas universidades tem um importante papel na democratização da educação superior e deve ser objeto de políticas de Estado. É imprescindível que a educação superior não tenha medo de ser proativa na apresentação de alternativas de solidariedade e responsabilidade ao enfrentar os desafios da sociedade.



Propostas:

- As IES devem inserir disciplinas transversais/seminários, em todos os cursos, que possibilitem o livre debate entre os estudantes sobre estes temas, para contribuir de forma proativa para desmontar os mecanismos geradores do racismo, xenofobia, sexismo e todas as formas de intolerância e discriminação.
- As IES devem exigir do Estado a elaboração de políticas de financiamento/investimento estudantil que garantam a permanência e conclusão dos cursos dos estudantes de IES públicas e comunitárias em situação de vulnerabilidade socioeconômica.
- As IES devem incorporar os conhecimentos advindos dos saberes populares com maior incentivo à participação da comunidade universitária na extensão universitária.
- As IES devem incentivar as práticas do bem viver civilizatório com o desenvolvimento de atividades coletivas e novos percursos formativos.
- As IES devem avaliar os impactos da implementação das ações afirmativas de modo a contribuir para um balanço sistemático destas políticas.

TEMA 4 - Qualidade e Pertinência dos Programas.

A educação superior no Brasil está passando por uma forte expansão neste século. Em parte, essa expansão está associada aos investimentos significativos feitos no período de 2007 a 2015 na rede federal de educação superior, seja pela criação dos institutos federais, seja pelo aumento no número de universidades e de *campi*. Essa expansão associada à Lei das Cotas, que promoveu a inclusão de segmentos da sociedade antes alijados da educação universitária, vem provocando mudanças significativas na constituição da comunidade acadêmica tanto pelo acesso de estudantes em vulnerabilidade socioeconômica como também afro descendentes e indígenas, democratizando a Educação Superior. No segmento das IES comunitárias, a pandemia acelerou desafios da própria sustentabilidade das instituições, em um cenário socioeconômico, que reduz drasticamente o número de alunos e os mecanismos de financiamento dos estudantes. Por outro lado, a grande expansão em instituições de educação superior e no número de alunos matriculados se deu na rede privada, especialmente, naquelas privadas com fins de lucro. Com a pandemia e a necessidade de suspensão das atividades presenciais, o ensino a distância, que já estava em crescimento antes da pandemia, teve um aumento significativo nas instituições privadas, de tal forma que, atualmente, quase metade das atividades é realizada à distância naquela rede.

Nesse cenário a garantia da qualidade dos programas se torna um desafio a ser enfrentado prioritariamente. A construção da avaliação da qualidade do ensino, tanto na graduação como na pós-graduação, tem uma longa história, seja na constituição de normas e estruturas oficiais de avaliação sob responsabilidade governamental, como também de instâncias públicas independentes para a autorização, regulação e avaliação de programas, sendo o Conselho Nacional de Educação a principal instância. Esse sistema é resultado de uma construção na qual participaram diferentes atores da comunidade da educação superior, associações, sindicatos e organizações representativas da sociedade e da comunidade universitária. O crescente aumento na presença do ensino privado com fins de lucro, inegavelmente, exerce uma pressão sobre os sistemas, seja no sentido de flexibilizar as normativas definidoras dos padrões de qualidade, seja no controle avaliativo sobre o atendimento a essas exigências. Na situação atual, em que as políticas governamentais e de parte do Congresso Nacional buscam diminuir a importância da educação superior pública, especialmente das universidades e, ao mesmo tempo, questionar a obrigatoriedade do financiamento público e pressionar por formas alternativas que superem a gratuidade nas instituições federais de educação superior, a questão da garantia da qualidade e pertinência dos programas se torna ainda mais sensível. Portanto, a defesa das instituições atuais

de avaliação das IES públicas e comunitárias é uma prioridade para a educação superior no país. Evidentemente, a melhoria dos processos, aumento de sua efetividade, transparência e participação democrática devem ser fundamentos para tal fim.

As mudanças observadas na educação superior quanto a sua expansão e inclusão determinam que a garantia da qualidade dos programas está relacionada à pertinência e a inclusão. Não há expansão e inclusão sem garantia da qualidade dos programas. A educação se vale de conceitos de qualidade da área econômica tais como, eficiência, produtividade, custo-benefício, resposta às demandas do mundo do trabalho, empregabilidade, números de estudantes, produção científica, etc. Embora avaliações quantitativas dos programas de educação superior sejam importantes no âmbito da governança, transparência e prestação de contas à sociedade, não se pode relevar o fato de que a qualidade deve estar diretamente vinculada à pertinência social e relevância científica dos programas.

A pertinência se caracteriza pelo comprometimento da educação superior com as demandas das comunidades do entorno e da nação. A pertinência é um processo de mão dupla entre as IES e a sociedade com o objetivo de buscar o desenvolvimento sustentável, com equidade e justiça social. A pertinência não se limita à oferta de programas, mas sim a todo um comprometimento com os múltiplos aspectos da sociedade. É necessário garantir maior justiça social no acesso e continuidade dos estudos para todos, especialmente para os setores mais vulneráveis, proporcionando uma educação de qualidade; e por outro, que a sua plena inserção na sociedade e no sistema produtivo seja, cada vez mais, uma condição para o desenvolvimento econômico e social.

A Extensão Universitária tem um papel fundamental na promoção da pertinência. Nesse sentido a inclusão de atividades de extensão nos programas de graduação é um passo fundamental. Existem outros aspectos ainda a serem garantidos como assegurar que as avaliações se traduzam na melhoria contínua das funções substantivas; gerar e explorar socialmente o conhecimento e as inovações; promover a internacionalização nos processos educativos; e conseguir uma gestão de apoio mais eficaz.

Da mesma forma, é importante que se trate aqui dos rankings nacionais e internacionais: embora tragam critérios de avaliação e classificação diferentes entre si, eles trazem consigo consideráveis fatores de qualidade da educação. De modo geral, as universidades são avaliadas em função de sua produção (formação e resultado de pesquisa), qualidade de seu pessoal, e de sua capacidade de gestão de financiamentos, o que se traduz por qualidade intelectual e financeira e qualidade de clientes, os estudantes. Quer dizer, neste grande “mercado” da educação, os rankings desenharam uma cartografia da educação em suas diversas formas, do pessoal às decisões políticas. Importa observar, aqui, que os rankings não trazem solução para a universidade brasileira, entretanto, apontam caminhos, dão uma boa visão de atuação, auxiliam à reorganização com vistas ao reconhecimento mundial. Entretanto, as políticas públicas voltadas para a Educação Superior devem

contemplar, de forma prioritária, a viabilização do ensino, pesquisa e extensão como instrumentos de desenvolvimento do entorno e do País em sintonia com instituições regionais e internacionais. A construção de sistemas globais de avaliação de qualidade deve, necessariamente, levar em conta as particularidades de cada região e país, algo que ainda é um desafio para os sistemas de ranking existentes.

Necessária uma breve reflexão sobre a formação de professores. Já na última Conferência Regional de Educação Superior (CRES), realizada no ano de 2018 em Córdoba, na Argentina, esse assunto era tratado com a máxima seriedade. A articulação da educação superior com o ensino básico (fundamental e médio) se faz cada vez mais imprescindível, no sentido de destruir esta espécie de hiato entre os diferentes níveis. É preciso que se reveja essa relação, seja do ponto de vista das instituições de educação superior, que não cumpram efetivamente seu compromisso, seja das políticas públicas que desvalorizam a profissão docente, desconhecem sua centralidade e recompensam de forma precária e injusta o desempenho educativo. Nesse sentido, faz-se necessário definir critérios de qualidade, estabelecendo indicadores adequados aos propósitos formativos de professores, estabelecendo o foco em valores de inclusão, diversidade e relevância. Às instâncias governamentais, por sua vez, cabem o desenvolvimento de políticas e mecanismos que promovam a qualidade e o claro apoio às instituições para que elas assumam o compromisso de avançar de maneira sustentável, dentro de sua capacidade de resposta, à formação de professores, às necessidades dos estudantes e do meio social em que se desenvolvem. O que aqui se preconiza é que a qualidade dos programas na Educação Superior leve em conta de forma clara e propositiva a garantia de oportunidades formativas para todas e todos, a começar pela formação e atualização permanentes do professor.

A estrutura disciplinar tradicional subjacente aos estudos de graduação e pós-graduação deve ser gradualmente ajustada por modelos interdisciplinares, onde os estudantes tenha a oportunidade de adquirir os seus conhecimentos imersos nos problemas e necessidades presentes na sociedade. O ambiente, a crise climática, mesmo capaz de ser um fator de risco para novas pandemias, os desafios do campo e das cidades devem ser abordados como temas centrais na formação profissional, mesmo as relações sociais, culturais e artísticas, os conhecimentos tradicionais, os povos indígenas e os grupos identitários que fazem parte de um novo universo civilizatório que se opõe aos modelos de consumo, considerados por alguns como fator de risco a saúde e o bem-estar das sociedade, devem ser escutados e terem chance de estudar, de construir sua cidadania, de se emanciparem socialmente. Em outras palavras, trata-se do estabelecimento de diálogos de saberes, diálogos interculturais, diálogos plurais e plenivalentes.



Propostas:

- Assegurar a avaliação da qualidade dos programas a partir de critérios onde a pertinência seja um essencial
- Assegurar que a expansão e inclusão de programas seja acompanhada de critérios de qualidade e pertinência atendam aos marcos regulatórios.
- Assegurar o funcionamento das instâncias públicas responsáveis pela avaliação da qualidade de programas na graduação e na pós-graduação.
- Garantir avaliações de programas coerentes com os objetivos do desenvolvimento sustentável.
- Buscar a interação regional e internacional nos sistemas avaliativos a fim de promover o intercâmbio desejável interinstitucional.
- Priorizar programas voltados para a formação de professores respeitados os critérios de qualidades em consonância com as necessidades locais e nacionais.
- Promover novas iniciativas formativas interdisciplinares com o estabelecimento de diálogos de saberes, diálogos interculturais, diálogos plurais e plenivalentes.

TEMA 05 – Mobilidade Acadêmica na Educação Superior:

A partir das experiências brasileiras de programas de mobilidade acadêmica (MARCA, PDSE, Ciência Sem Fronteiras, CAPES PRINT, entre outros exemplos da última década), há consenso que a mobilidade acadêmica deve ser fruto e ferramenta de uma política de internacionalização, que motive os objetivos por trás da experiência internacional oferecida aos estudantes, docentes e gestores das instituições de educação superior.

Em consonância com o entendimento regional da Educação Superior, a universidade brasileira é fundamentalmente enraizada na sociedade local. Sua qualidade é medida pela pertinência de suas formações, de sua pesquisa, e de suas interações socio-culturais. Assim sendo, o processo de internacionalização e a mobilidade decorrente – de ideias, de pessoas, de diplomas, de processos formativos – não podem ser derivados de conceitos globais que seriam usados, de forma normativa, para promover as boas práticas se originando de um grupo seletivo de países. Pelo contrário, a política da internacionalização se fundamenta nas diversas identidades, trajetórias e histórias regionais e sub-regionais e presta uma atenção essencial às necessidades e aos problemas locais. A mobilidade deve ter por objetivo o entendimento mútuo, a superação das diferenças e o enriquecimento recíproco de ideias pelo contato com o outro; não a experiência de (e adesão sistemática a) padrões prejudgados como “melhores”, no âmbito de um

“Campus global” que ignoraria a diversidade. Um conceito mundializado da educação superior deve promover a união na diversidade, não a uniformidade, e respeitar as normas de qualidades relevantes em cada cultura.

Outro valor essencial associado à internacionalização no Brasil é a integração regional, que passa pela experiência de troca sociocultural entre os povos e entre os jovens. A mobilidade, em particular estudantil, deve ter esta finalidade, muito antes de um entendimento mercantil da educação superior onde o estudante seria meramente um consumidor de serviços internacionalizados, encorajado a se deslocar até o melhor provedor.

A mobilidade envolve fundamentalmente o intercâmbio de ideias e as interações entre pesquisadores. No que tange à pesquisa e à formação em nível de pós-graduação, o Brasil é um dos principais atores latino-americanos e possui rica história de parcerias internacionais acadêmicas. Muito da mobilidade intra-regional e inter-regional é motivada por projetos de pesquisa de interesse comum: sobre biodiversidade amazônica, biocombustível e energias renováveis, doenças tropicais, cidades inteligentes, problemas sociais em megalópoles, gestão de grandes bacias hídricas... Os exemplos abundam que motivam, há anos, a formação de redes acadêmicas internacionais para avançar em problemáticas de interesse transnacional, que devem cada vez mais nortear as ações de mobilidade acadêmica.

Por fim, cabe ressaltar a importância histórica do ensino a distância no Brasil, que vem sendo usado há décadas como forma de superar as assimetrias territoriais e ampliar o acesso à educação superior. A situação de pandemia tem aumentado dramaticamente o uso de meios virtuais de ensino, estando condicionado ainda pela acessibilidade limitada das populações à tecnologia (acesso à Internet, disponibilidade de terminais apropriados, entre outros fatores). O intercâmbio virtual passa a ser uma realidade, e as experiências iniciais na região podem ser usadas para melhorar e ampliar a prática, mais uma vez a partir da pertinência local das formações oferecidas.



Propostas:

- Desenhar programas de internacionalização e cooperação solidária, políticas efetivas de mobilidade acadêmica intra-regional (professores, alunos e pessoal administrativo) e programas intergovernamentais para fortalecer a integração no âmbito da cooperação Sul-Sul. Estes programas devem promover conhecimentos aprofundados sobre regiões, culturas, línguas estrangeiras e vernáculas e que abordem a dimensão global na sua área de ensino.
- Aumentar o compromisso dos governos da região no estabelecimento de políticas públicas que promovam o processo de internacionalização solidária entre as IES,

por meio: do estabelecimento de marcos regulatórios que facilitem a integração regional; da mobilidade intra-regional, do reconhecimento de percursos de formação, de diplomas, créditos e qualificações; da colaboração internacional em pesquisa.

- Fortalecer as iniciativas e parcerias de cooperação acadêmica internacionais, em temas de interesse comum, como biodiversidade, doenças tropicais, energias renováveis, etc.
- Aprofundar o perfil internacional dos currículos, para melhorar a permanência e a graduação dos alunos e favorecer a mobilidade estudantil, em particular através de atividades de internacionalização em casa (dimensão internacional do currículo, organização de programas acadêmicos colaborativos internacionais como diplomas duplos, cotutela, mobilidade virtual e acordos institucionais, nacionais e internacionais para o reconhecimento de cursos).
- Assegurar e promover o multilinguismo nas atividades acadêmicas de modo a garantir uma ecologia de saberes e culturas mundiais.

TEMA 06 – Governança na Educação Superior

Instituições de Educação Superior apresentam características próprias e únicas. Dentre elas a formação profissional em diferentes níveis de complexidade e a produção de conhecimento, necessariamente, definem sua natureza e sua relação com a sociedade e governos. Dessa forma, as IES evoluíram, e muito, na construção de um relacionamento de múltiplas vias com diferentes entes envolvidos ou interessados. De instituições originalmente isoladas do mundo ao seu redor, servindo interesses particulares, hoje as IES estão organizadas a partir de sua interação em diferentes níveis, local, regional e internacional com pessoas, organizações, governos e entre si através de diferentes formas de cooperação.

Como parte dessa sua natureza dinâmica, cada vez mais se requer que os ambientes institucionais sejam permeados pela participação desses diferentes atores na definição de suas políticas de desenvolvimento institucional, na captação e destinação de recursos, na definição e execução de políticas educacionais, científicas, sociais, econômicas, culturais. Como consequência, as IES necessariamente devem democratizar sua administração em múltiplos níveis, desde aqueles afeitos aos seus conselhos representativos, como também nas instâncias administrativas e de controle.

Dessa forma as IES se alinham com os movimentos sociais que demandam das instituições com interesse público maior participação das diferentes representações sociais, decisões democráticas voltadas para o desenvolvimento institucional, canais de escuta das manifestações da sociedade, maior protagonismo no planejamento e execução de planos de desenvolvimento sustentável, maior transparência na sua governança com participação democrática nas auditorias internas e externas. Um novo rel-

acionamento, portanto, está a desafiar as IES nesse mundo onde o acesso à informação é cada vez maior, onde a vontade de participação nas instâncias que dependem do financiamento da sociedade é cada vez mais presente, onde a próprias missões das IES estão condicionadas por esse ambiente diverso, democrático e transparente. Não restam dúvidas que os sistemas de governança também se beneficiam da evolução política, social e tecnológica permitindo às IES maior e melhor capacidade de resposta aos desafios presentes, maior eficiência na sua gestão e maior capacidade de produção das informações necessárias a essa interação.

Há uma premissa básica e fundamental para que se desenvolvam formas contemporâneas de governança com maior interação com a sociedade. A autonomia universitária, tanto acadêmica como administrativa, de gestão financeira e patrimonial, é um fundamento essencial para as práticas de governança que hoje se demandam das IES. Ao contrário do que se poderia inferir na disposição proposta para o tema, a governança é uma consequência da autonomia universitária e não o contrário. Nunca é demais lembrar que a autonomia universitária, embora garantida constitucionalmente em muitos países, ainda não foi garantida em um grande número de países. Infelizmente, sucessivos governos ignoram que as IES públicas são instituições do Estado. Na situação atual, onde as IES sobrevivem de recursos cada vez menores e distribuídos à conta-gotas, falar em governança é beirar a ficção. O planejamento de médio a longo prazo, e a visão do futuro que caracterizam as IES, são dificultados significativamente por esta limitação na autonomia. O próprio financiamento público que deveria ser destinado às IES públicas estatais e comunitárias, subsidia o crescimento predatório de IES com fins de lucro. Autonomia acadêmica esbarra na hermética regulamentação do ensino, a autonomia administrativa se desfaz desde a forma como os dirigentes são escolhidos, restrições de participação democrática nos conselhos de participação da comunidade interna e externa e desrespeito às tentativas de planificação do desenvolvimento institucional. Fica evidente que sem uma autonomia efetiva as IES estão amarradas às circunstâncias políticas que impedem o livre exercício de sua natureza institucional. Fica claro também, que pelo exposto anteriormente, autonomia não significa soberania e governança ao arrepio da Lei. As IES, como instituições de Estado que vivem da sua relação com a sociedade, também têm na democracia, na inclusão e na transparência seus fundamentos de respeito aos marcos legais.



Propostas:

- Respeitar, por parte dos Governos, a autonomia universitária acadêmica, administrativa, de gestão financeira e patrimonial.

- Garantir recursos financeiros para as IES públicas estatais e as de natureza comunitária de tal forma a permitir o planejamento institucional plurianual.
- Ampliar as formas de participação democrática de representações da comunidade interna e externa na gestão acadêmica, administrativa, financeira e patrimonial.
- Promover a gestão democrática, transparente e auditável em todos os níveis do fazer universitário.
- Implementar recursos tecnológicos na governança tornando o sistema mais eficiente e mais acessível.
- Implementar instâncias de controle interno e externo com ampla participação das partes interessadas.

TEMA 07 – Financiamento na Educação Superior

As universidades são instituições relativamente recentes no Brasil, tendo as primeiras sido organizadas no início do Século XX. Ao longo do tempo estruturam-se os sistemas público e privado convivendo em espaços próprios e disputando recursos públicos em programas governamentais, no caso das privadas. As instituições de IES públicas estatais estão vinculadas às esferas federal, estaduais e municipais, as IES públicas não estatais envolvem as instituições comunitárias e as privadas, com fins de lucro.

Em 2020 as IES privadas abrigam o maior número de matrículas de graduação, 77,5% do total, sendo que o número de instituições privadas é o que mais cresceu, representando em 2020 87,6% do número total de IES.

As IES federais, formadas por Universidades Federais e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia têm seu financiamento presente no orçamento da União, com valores dependentes das políticas governamentais. As IES estaduais e municipais têm distintos regimes de financiamento, desde percentuais de impostos estaduais, rubricas próprias ou mesmo regimes mistos de financiamento público e privado. As Universidades Federais e Estaduais eram, em 2020, responsáveis por 50,3% das matrículas presenciais nas universidades, alcançando todos os estados brasileiros, inclusive com uma interiorização significativa.

As IES federais têm sofrido com constantes diminuições no volume e natureza de recursos orçamentários, dificultando de sobremaneira a governança, a gestão e o planejamento de desenvolvimento institucional. Pelas mesmas razões as políticas de contratação de pessoal docente e não docente são totalmente dependentes das políticas do governo de ocasião. Para se ter uma ideia dessa situação basta resumir que na Universidades Federais, do ano de 2013 a 2020 os recursos associados aos valores liquidados para as outras despesas correntes e investimentos reduziram 37,1% e 97,2%, respectivamente, considerando valores constantes, a preços de janeiro de 2021, corrigidos pelo

IPCA. Os salários de professores e técnicos administrativos não sofrem reajustes desde 2017 e já sofrem corrosão pelo processo inflacionário. Por outro lado, nesse mesmo período, 2013 a 2020, as matrículas de graduação aumentaram 12,5%, as de mestrado, 40,8% e no doutorado, 47,7%.

Na educação superior pública no País a gratuidade do ensino é um princípio constitucional e sua defesa é liderada pelas representações estudantis e entidades sindicais de professores e técnicos administrativos e apoiada pela sociedade. Com a implantação da Lei de Cotas em 2012, além da gratuidade, também adquire caráter essencial para o acesso e permanência dos estudantes o apoio à assistência estudantil de tal forma a dar condições adequadas para que os estudantes possam concluir, com êxito, seus estudos de graduação.

A disputa pelos recursos públicos dentro do próprio poder executivo se agrava quando as políticas governamentais reduzem esses recursos do setor educacional, como é o caso atualmente. Nessa disputa, incluem-se, ainda, as IES privadas e direcionar recursos públicos para o financiamento dessas instituições, muitas vezes com fins de lucro. O que é contraditório, até mesmo pelo fato de que, por sua natureza, deveriam ser autossustentáveis.

O financiamento das IES públicas deveria ser um dos fundamentos básicos da incorporação da educação superior no desenvolvimento sustentável do País. Para tanto, as mesmas preocupações com relação à inconstância do financiamento à Educação devem ser dirigidas ao financiamento público da Ciência, Tecnologia, Cultura e Artes. As iniciativas que desde 2016 vêm reduzindo a capacidade de investimento do País nessas áreas transcende o argumento da falta de recursos para expor o fato de que essas reduções fazem parte de uma política de redução das políticas sociais e desmonte das IES públicas. É sempre bom lembrar que nenhum país superou os desafios de desenvolvimento sem investimentos públicos maciços em Educação, Ciência e Tecnologia.

O crescente desfinanciamento das IES públicas aliado aos efeitos da crise sanitária decorrente da pandemia provocada pelo Coronavírus-Sars-Cov-2 estão colocando em risco a capacidade das IES públicas de manterem seus níveis de participação na formação de quadros altamente capacitados, geração de conhecimento e tecnologia competitivos nos mercados nacional e internacional e assiste com grande preocupação a decorrente perda de profissionais formados com recursos públicos atraídos por melhores condições de trabalho no exterior.



Propostas:

- Garantir recursos orçamentários plurianuais que permitam a gestão institucional de acordo com os Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDI).

- Garantir a contratação de pessoal de acordo com a política de desenvolvimento de pessoal dos Planos de Desenvolvimento Institucionais.
- Garantir por lei o orçamento da assistência estudantil.
- Assegurar investimentos de ciência, tecnologia, inovação, artes e cultura.
- Assegurar o financiamento público para as IES públicas estatais e comunitárias.
- Criar uma política de financiamento de Estado que regule e garanta o financiamento para as IES públicas e comunitárias.

TEMA 08 - Produção de Dados e de Conhecimento:

Dados confiáveis, transparentes e de fácil manipulação são absolutamente fundamentais para o desenvolvimento científico, para o desenvolvimento de políticas públicas e para prestação de contas à sociedade. A produção de dados, tanto no âmbito interno relativos ao ensino, pesquisa e extensão, quanto na produção de dados necessários para a gestão governamental e de instituições da sociedade civil tem sido realizada pelas IES isoladamente ou em cooperação com outras instituições. A produção, ampla disseminação e análise de dados são fundamentais para a gestão universitária e para os órgãos de controle e garantia da qualidade e pertinência das IES. Embora existam no plano nacional, regional e internacional diversas fontes de dados sobre ensino e pesquisa, há muita variabilidade, pouca padronização, complexidade para encontrar e/ou utilizar os dados, e, mais preocupante ainda, uma subutilização dos resultados para a definição de prioridades, planejamento de ações e prioridades de financiamento voltados para a superação dos desafios existentes. É também necessário um esforço no sentido de adequar indicadores para a realidade das IES latino-americanas, que têm perfis muito diferentes e heterogêneos, com forte participação nas atividades de extensão, assistência e cultura, só para citar alguns exemplos.

Além das bases de dados em si, a análise aprofundada dos resultados, com algoritmos de inteligência artificial, ainda está muito distante da gestão das IES no país e na região. Assim, acreditamos que investimentos contínuos nessa área devem ser prioridades tanto dos governos, agências de financiamento e das próprias universidades na medida em que sua utilização representa um avanço na eficiência administrativa de gestão e governança das IES, além de um compromisso com a transparência.

Na América Latina e Caribe as IES são as principais responsáveis pelas pesquisas, e, portanto, as principais fontes de produção de conhecimento. A produção de conhecimento é um dos pilares fundamentais das IES e requer cada vez mais o compartilhamento aberto de seus projetos, métodos e resultados, utilizando a chamada “ciência aberta”. Apesar de avanços pontuais, a implantação da ciência aberta ainda é incipiente em nossa região, mas que permitirá ao mesmo tempo um avanço na promoção de

sinergias como também um desafio na superação do poder econômico hegemônico e de seus interesses alienados do desenvolvimento sustentável acessível a todos e todas. Um futuro sustentável depende da cooperação comprometida com o bem público e a justiça social que promova a inclusão com ética, equidade e qualidade asseguradas.



Propostas:

- Analisar a possibilidade de definir orientações comuns para a prestação de contas à sociedade por parte da IES.
- Organizar boas práticas com relação à transparência de informações e adoção de mecanismos de ciência aberta para a disseminação de resultados de pesquisas financiadas com recursos públicos.
- Promover repositórios abertos de dados.
- Promover o uso ético da Inteligência Artificial como ferramenta de análise de dados.

TEMA 09 - Cooperação internacional para melhorar as sinergias:

A CRES 2018 pontua que a “internacionalização (...) favorece a formação de cidadãos e profissionais, respeitosos da diversidade cultural, comprometidos com o entendimento intercultural, a cultura da paz e com a capacidade para conviver e trabalhar em comunidade local e mundial” (Declaração III Conferência Regional de Educação Superior para América Latina e Caribe). A pandemia da Covid-19, no meio de tragédias, também ressaltou o valor da solidariedade entre os povos.

Na base deste entendimento da internacionalização solidária da educação superior, um objetivo explícito da cooperação acadêmica internacional é a integração regional. O fortalecimento da integração na América Latina a partir do compartilhamento de realidades históricas e pelo enfrentamento de desafios comuns são ferramentas significativas para a expansão do conhecimento e para a coordenação de ações conjuntas que poderão favorecer o desenvolvimento regional. Na região, e no Brasil em particular, a cooperação internacional serve também para reforçar a relevância da integração entre os povos na perspectiva da cooperação horizontal, de modo a contrapor as enormes diferenças entre os países e sobretudo entre o norte e o sul.

Desta forma, destaca-se o objetivo de fortalecer os espaços e redes de integração regional e cooperação sul-sul existentes, sendo um dos mais importantes o Espacio Latinoamericano y Caribeño de Educación Superior – ENLACES, como espaço representativo da Educação Superior na América Latina e no Caribe.

A inovação assume um papel essencial também como ferramenta de cooperação in-

ternacional. Em toda a América Latina e Caribe temos, nas últimas décadas, um cenário de desenvolvimento da pesquisa que não se refletiu como deveria na inovação e no consequente impacto no desenvolvimento social e econômico sustentável da região como um todo. A inovação, principal fator de desenvolvimento no século XXI, está ancorada na pesquisa, desde a pesquisa básica até a aplicada. A inovação, nesse sentido, é uma expressão da pesquisa. Assim, temos na América Latina e Caribe um enorme potencial por realizar, desenvolvendo mecanismos e processos que transformem o conhecimento gerado nas Universidades e Centros de Pesquisa em riqueza e desenvolvimento social e econômico sustentável para a sociedade.

As Universidades, especialmente na região latino-americana e caribenha, lidam com enormes tensões. Ao mesmo tempo que visam alcançar metas e ideais humanistas, lutam para existir, sobreviver e se manter úteis em um mundo complexo. Quando a Universidade é chamada a se aproximar da sociedade, saindo da torre de marfim, essas tensões aumentam. Os desafios se tornam muito maiores para a comunidade acadêmica, tanto para os docentes e pesquisadores, como para os estudantes, técnicos-administrativos e claramente para os gestores acadêmicos. E, na região da América Latina e Caribe, é essencial que a Universidade se mantenha socialmente referenciada, o que tem impacto em todas as dimensões de sua atuação.

Um dos maiores desafios das Universidades hoje envolve a questão da inovação e a contribuição ao desenvolvimento social e econômico sustentável, o que significa ampliar as condições para promover a inovação e realizar uma aproximação sistemática e crítica aos setores produtivos não acadêmicos. Isto requer Instituições que gerem conhecimento por meio da pesquisa e que transfiram esse conhecimento para a sociedade. A criação de um ambiente propício para que isso ocorra envolve forte papel do governo, por exemplo na legislação, criando e estabilizando um marco regulatório que permita que o processo de translação dos resultados da pesquisa para a sociedade ocorra. Soberania e autonomia nacional hoje são sinônimo de domínio da ciência, da tecnologia e da inovação (CT&I).

Tradicionalmente as Universidades latino-americanas têm uma história de cooperação e atuação em rede, fruto da consciência de que conhecimento realmente relevante não se produz isoladamente. Isto gerou uma cultura de trabalho entre pares, nacional e internacionalmente. Mas, hoje, necessitamos novos mecanismos e instrumentos transnacionais, gerados com autonomia por organizações multilaterais (o ENLACES sendo mais um exemplo em nossa região, assim como o GUNI-ALC), respeitando as realidades regionais, que estimulem e induzam a cooperação, sempre a serviço do desenvolvimento ambientalmente sustentável, simultaneamente nas dimensões sociais e econômicas, de toda a humanidade.

Devemos ter um foco muito especial em relação aos propósitos da criação de um

espaço latino-americano e caribenho de inovação, tendo como valores fundadores a solidariedade e a responsabilidade social que devem sempre nos caracterizar como bloco regional que compartilha os mesmos desafios e oportunidades de desenvolvimento. Devemos inclusive pensar em lutar junto aos governos da América Latina e Caribe pela criação de um órgão latino-americano e caribenho voltado à uma gestão regional integrada da C,T&I.

Esta visão, solidária, responsável e regional, deve conciliar as humanidades e as artes com as ciências e a tecnologia, visando formar pessoas plenas, conscientes de suas responsabilidades e possibilidades. Formar cidadãos livres, solidários, comprometidos e inovadores. Que tenham a capacidade de transformar a sociedade, fazendo isto de forma participativa e transdisciplinar, criando novos espaços propícios à inovação, estimulando a criatividade e com foco nos grandes desafios da sociedade, expressos nos 17 ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) da ONU.



Propostas:

- Fortalecer os espaços e redes de integração regional como exemplo do ENLACES e da Cooperação Sul-Sul.
- Criar um órgão latino-americano e caribenho voltado à uma gestão regional integrada da C, T&I.
- Atuar na terceira missão das Universidades de forma a transformar a sociedade, fazendo isto de forma participativa e transdisciplinar com foco nos grandes desafios da sociedade, expressos nos 17 ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) da ONU.
- Compartilhar recursos e soluções tecnológicas.

TEMA 10 Futuros da Educação Superior:

Hoje, como em todas as crises mais graves por que passou a civilização, não há possibilidade de vislumbrar futuros sem que sejam preparados pelo presente, sob pena de um mergulho sem volta nas utopias e na imobilidade. Certo é que, diante de todo o contexto que se apresenta, os tempos pós-pandêmicos serão ainda mais complexos.

Os países que mais avançaram e se desenvolveram econômica e socialmente valorizaram a Educação Superior de qualidade e em seu sentido público, como fundamentos para a construção de uma sociedade igualitária, sem a qual não há justiça social.

Não é possível pensar num país que menospreze a inteligência e despreze as In-

stituições de Educação Superior, sem ela não há desenvolvimento, sem desenvolvimento, não há uma sociedade igualitária, sem uma sociedade igualitária não há justiça social, e sem tudo isso, não há o Estado Democrático de Direito, não há qualidade de vida em seu mais amplo sentido, apenas um futuro de incertezas. Apesar do esforço das próprias universidades, a dificuldade de restauração das perdas de todas as ordens sofridas, nesse período, será árdua.

Ao mesmo tempo em que se propõe às Universidades um projeto eficiente de formação multiprofissional, em todos os níveis, como demandas de futuros, com um ensino focado nos desafios reais da sociedade e uma pesquisa em conformidade com o desenvolvimento nacional, além de uma governança transparente e participativa, compete ao Estado a releitura crítica de suas próprias ações. Há que se revisar, com urgência, as reduções orçamentárias estabelecidas, cuja consequência é o desmonte das universidades como parte de uma política de redução do papel do Estado.

Portanto, cabe ao Estado, com a participação das IES públicas e comunitárias, a criação e implementação de um plano nacional de desenvolvimento, que estabeleça a educação como prioridade, com um compromisso claro de garantia do financiamento público para a Educação Superior pública e comunitária; do ensino gratuito nas IES federais e estaduais; da expansão do sistema federal de educação superior com inclusão que atenda o PNE em número e natureza pública; da assistência estudantil como forma de inclusão e permanência; do respeito à autonomia das universidades, em consonância com a Constituição Federal e, dentro da autonomia, o respeito à democracia interna das universidades; do financiamento da pesquisa e da extensão universitárias; de apoio financeiro às artes e à cultura; de incentivo à implantação dos ODS (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável); de criação de políticas voltadas para maior participação de mulheres, inclusive nas representações; do respeito à diversidade; do apoio à mobilidade acadêmica Norte-Sul e Sul-Sul, à integração regional na América Latina e Caribe, e ao aumento da diversidade por meio da internacionalização.

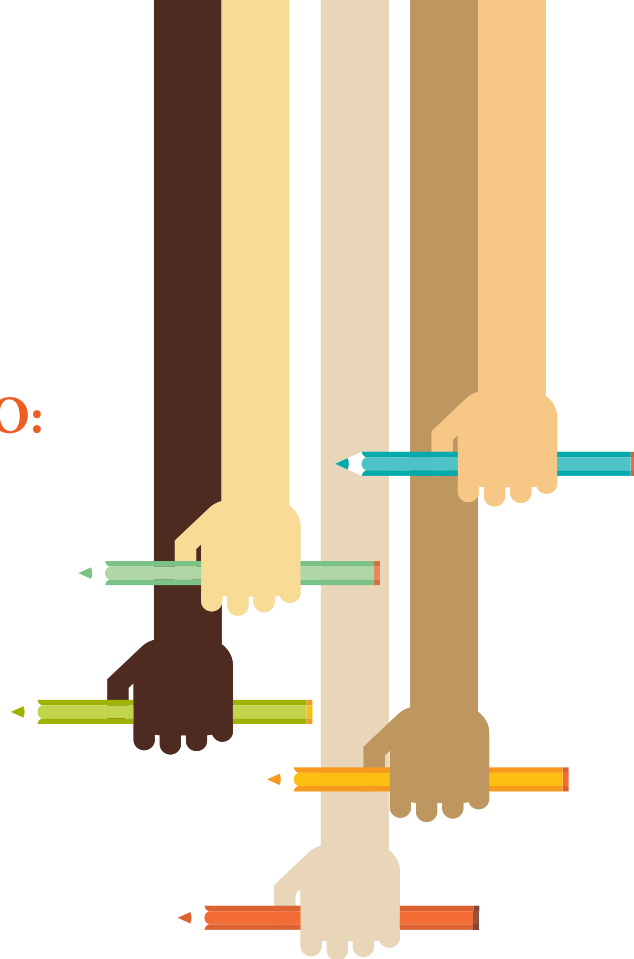
Este momento que hoje vivemos exige que Estados, governos e instituições de Educação Superior se debrucem, fortemente, sobre a visível e urgente necessidade de transformação social, cultural, política, artística, econômica e tecnológica. É, portanto, papel irrenunciável das instituições de educação superior, atuando como consciência crítica nacional defender os direitos políticos e sociais, e formular criticamente sua inserção frente a modelos de desenvolvimento. É como a universidade poderá contribuir, com responsabilidade e compromisso social, para novas propostas que recriem as tradições de autonomia, transformação social, antiautoritarismo, liberdade de cátedra e incidência política fundada no conhecimento e na razão. É, enfim, compromisso das instituições públicas e comunitárias de educação superior a luta constante pela promoção e fortalecimento da democracia plena na construção de futuros marcados pelo desenvolvimento nacional e defesa dos direitos humanos.

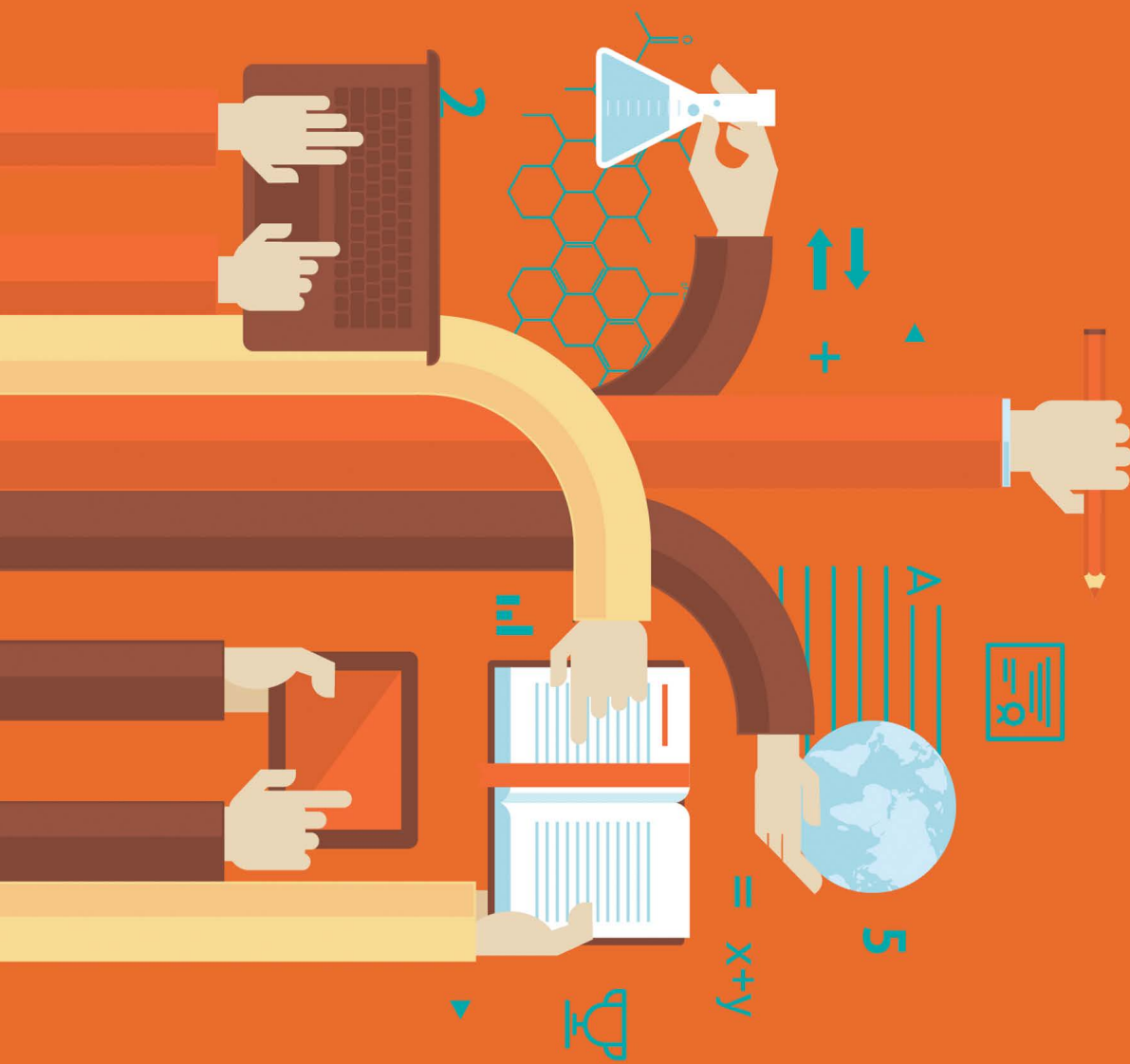
Em *A Universidade Necessária*, Darcy Ribeiro afirmava que “nenhuma sociedade pode viver sem universidades”, pois “a Universidade é o útero das classes dirigentes da nação do futuro”. A Universidade é, assim, a matriz do saber, aquilo que sustenta a nação do futuro e, por consequência, o futuro da nação. Nossas instituições de educação superior universidades são, não apenas necessárias, são essenciais e imprescindíveis. Com Darcy, dizemos

Havemos de amanhecer!

COMISSÃO DE REDAÇÃO:

Alfredo Gomes
Amanda Caroline Harumy Oliveira
Ana Carolina Oliveira
Ângela Maria Paiva Cruz
Carlos Alexandre Netto
Dacio Roberto Matheus
Emmanuel Zagury Tourinho
Erico Marlon de Moraes Flores
Francisco Tamarit
Gabriela Silveira
Jane Fraga Tutikian
Jefferson Azevedo
Jorge Audy
Jose Vicente Tavares dos Santos
Marcelo Bregagnoli
Marcelo Knobel
Marcio Venicio Barbosa
Marcus Vinicius David
Maria Beatriz Luce
Murilo Silva de Camargo
Nelson Cardoso do Amaral
Ney Lazzari
Nicolas Maillard
Paulo Afonso Burmann
Rui Vicente Oppermann - Coordenador
Sandra de Deus
Sandra Regina Goulart Almeida
Stela Maria Meneghel
Waldenor Barros Moraes Filho





ABRU 



 ANDIFES

 CONIF